

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE  
BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 E RELATÓRIO  
DOS AUDITORES INDEPENDENTES.



## ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

### CONTEÚDO

Relatório da Administração

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração dos resultados

Quadro 3 – Demonstrações dos resultados abrangentes

Quadro 4 - Demonstração das mutações do patrimônio social

Quadro 5 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

## Relatório da Administração

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência  
Registro ANS nº 41753-0

Campinas, 23 de fevereiro de 2023.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência submete à apreciação dos senhores Associados Titulares, o Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, devidamente auditados por Auditoria Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência é uma Operadora de Planos de Saúde, com registro definitivo junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 41753-0, fundada em 27 de abril de 2010.

### ***Política de destinação de resultados***

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência foi constituída sob a forma de Associação sem fins lucrativos, cujo eventual resultado econômico não é distribuído, mas sim aplicado integralmente na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais da Entidade. Em 2020, face à exigência de cumprimento da Margem de Solvência, a Operadora manteve em seu Patrimônio Líquido o superávit do exercício, não aplicando na manutenção dos seus objetivos institucionais. Dessa forma, em **31 de dezembro de 2022, o total do Superávit de R\$ 5.952.217 milhões, foi acumulado ao resultado existente de exercícios anteriores**, perfazendo o montante de Superávits Acumulados, em seu Patrimônio Líquido de R\$ 53.726.247 milhões.

### ***Principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” entidade e/ou no resultado do exercício***

Em 2022 a Operadora concluiu a aplicabilidade das melhores práticas de Governança Corporativa, em atendimento ao requerido na Resolução Normativa - RN n° 518, de 29 de abril de 2022, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, validados por auditoria independente, juntamente com a elaboração do PPA – Procedimentos Previamente Acordados, conforme preconizado no ANEXO V da referida resolução. Com a adoção do Capital Regulatório, a partir do exercício de 2023, a Operadora terá condições de manter o requisito da Margem de Solvência, considerando as práticas da Governança Corporativa. Em 2022, embora o segmento tenha sofrido com as demandas reprimidas da pandemia, conseguimos manter a sinistralidade em patamares equalizados.

Em setembro/2022, a Operadora recebeu o ofício 1731/2022 da DIOPE/ANS, apontando algumas inconsistências e irregularidades, às quais a ASPB solicitou um prazo para cumprimento de seis meses, através de TAOEF, o qual já foi totalmente sanado no início de 2023, com perspectiva de encerramento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras -TAOEF até abril/2023.

Em 12/2022, a Operadora adquiriu da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência o Centro de Tratamento Oncológico como serviço próprio, através do contrato de compra e venda, no valor de R\$ 42 milhões. O cálculo aplicado para o valor combinado entre as partes envolveu uma combinação de negócios, com pagamento de ágio, considerando diversos aspectos, sendo o principal a manutenção e qualidade ao atendimento dos beneficiários em tratamento oncológico.

Em 2023 a Operadora estabeleceu práticas internas de segurança da informação, entre outros, cumprindo 100% os requisitos da LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados.

A Operadora é uma Associação sem fins lucrativos **e não sofreu alteração na organização societária.**

## Perspectivas para o exercício de 2023

Em 2023 a Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência têm trabalhado com foco nos atendimentos que não visam apenas o cumprimento do Rol de serviços assistenciais preconizados pela ANS, mas principalmente pelo atendimento humanizado, dando início com a abertura do “Centro de Atenção ao Idoso”, além da melhoria na gestão dos serviços aos pacientes em tratamento oncológico. A busca por melhores resultados com cenários econômicos desafiadores, continuará dentro das perspectivas da Operadora, com vistas na gestão de serviços próprios.

Agradecendo à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal, aos Prestadores Médicos e Hospitalares pela confiança depositada, com a certeza que seguiremos firmes em direção ao crescimento e fortalecimento desta Associação.

A Diretoria.

ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA

Arly de Lara Romêo

Diretor Executivo



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da  
Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência.  
Campinas – SP

### Opinião

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência. (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

### Base para opinião

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

---

#### Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (TAOEF)

Conforme nota explicativa nº 1 (Contexto Operacional), Associação aderiu a um novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”), sendo notificada pela ANS através dos ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022.

Em 19 de outubro de 2022 a Associação protocolou sua resposta aos ofícios da ANS através do documento SEI nº 25080330, onde tais anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, dependerá de análise e aprovação pela ANS.



### Antecipações de produções médicas

Conforme nota explicativa nº 08 item (i), a “Associação” efetuou antecipações de produções médicas à Real Sociedade Portuguesa de Beneficência (hospital credenciado), no montante de R\$ 10.041.497. De acordo com a Administração da “Associação”, este saldo será compensado com produções médicas futuras.

A realização deste ativo, depende exclusivamente do cumprimento do acordo firmado entre as partes.

### **Outros assuntos**

---

#### Auditoria de valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o relatório de auditoria foi emitido e datado de 30 de março de 2022, com ênfase sobre o TAOEF e antecipações de produções médicas.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

---

A administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

---

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo – SP, 21 de março de 2023.



MB Auditores Independentes S.S  
CVM nº 11.207  
CRC 2SP021390/O-7

Marcelo Bock  
Sócio-contador  
CRC 1SP128524/O-0



QUADRO 1

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em reais)

ATIVO	nota	2022	2021	PASSIVO	nota	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>72.089.493</b>	<b>99.631.425</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>39.714.757</b>	<b>30.351.586</b>
Disponível	5	2.409.687	2.695.312	Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	12	20.920.860	19.050.381
Realizável		69.679.806	96.936.113	Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	12 (i)	1.056.358	1.171.240
Aplicações Financeiras	6	59.942.147	87.691.935	Provisão de eventos a liquidar	12 (ii)	12.407.796	11.024.250
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		23.883.471	21.453.142	Provisão de eventos a liquidar com o SUS	12 (iii)	2.006.389	1.799.071
Aplicações livres		36.058.676	66.238.793	Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	12 (iv)	5.450.317	5.055.820
Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	7	5.377.643	5.054.688	Debitos de operações de assistência a saúde	13	898.473	299.515
Contraprestações Pecuniárias a Receber	-	5.261.728	4.989.119	Contraprestações a restituir		451.626	299.515
Participação de beneficiários em eventos e sinistros	-	115.623	65.125	Comercialização sobre operações		446.847	-
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência a Saúde	-	292	444	Débitos com Oper.de Assist.à Saúde N. Rel.com Pl. de Saúde da Operadora	14	1.679.410	899.650
Bens e Títulos a Receber	8	4.356.708	4.186.695	Outros tributos e contribuições a recolher	15	1.448.035	1.637.895
Despesa Antecipada	-	3.308	2.795	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	8.857.829	8.063.250
				Débitos diversos	17	5.910.150	400.895
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>76.623.393</b>	<b>32.928.222</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>28.368.559</b>	<b>27.429.081</b>
Realizável a Longo Prazo	-	21.959.271	22.395.432	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à saúde			
Depósitos judiciais	9	8.413.096	8.413.096	Provisão de eventos a liquidar para o SUS	-	152.688	-
Creditos Tributários e Previdenciarios	-	200.695	200.695	Provisões			
Bens e Títulos a receber	8	13.345.480	13.781.641	Provisões de ações judiciais	18	8.701.484	288.388
Investimentos	10	48.304.283	6.601.659	Tributos e encargos sociais a recolher			
Imobilizado	11	6.359.839	3.931.131	Parcelamento de tributos e contribuições	-	46.068	184.267
Imóveis de Uso Próprio - Não Hospitalares	-	1.422.667	1.510.667	Empréstimos e financiamentos a pagar	16	18.834.035	26.956.426
Bens Móveis - Não Hospitalares	-	4.404.515	2.420.464	Débitos diversos	17	634.284	-
Direito de uso em arrendamentos		532.657	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>80.629.570</b>	<b>74.778.980</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>148.712.886</b>	<b>132.559.647</b>	Patrimônio social	19	26.903.323	26.903.323
				AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	101.627
				Superávit acumulado	-	53.726.247	47.774.030
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>148.712.886</b>	<b>132.559.647</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.

(Valores expressos em reais)

	nota	2022	2021
<b>Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde</b>	-	<b>343.602.923</b>	<b>327.893.720</b>
<b>RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE</b>	-	<b>348.597.165</b>	<b>332.680.589</b>
Contraprestações Líquidas	-	348.597.165	332.680.589
Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	-	(4.994.242)	(4.786.869)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>		<b>(254.345.430)</b>	<b>(252.089.332)</b>
Eventos Conhecidos e Avisados	20.1	(253.950.933)	(250.044.760)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	-	(394.497)	(2.044.572)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE</b>		<b>89.257.493</b>	<b>75.804.388</b>
<b>Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>	21	<b>1.825.449</b>	<b>324.038</b>
<b>Receitas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. Com Planos de Saúde da Operadora</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar	-	-	-
<b>Outras Despesas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde</b>		<b>(6.516.065)</b>	<b>(14.880.893)</b>
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	-	(1.717.274)	(1.731.094)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	22	-	(280.977)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	-	(4.798.791)	(12.868.822)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	-	(2.498.028)	(1.085.375)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>82.068.849</b>	<b>60.162.158</b>
Despesas de Comercialização	-	(17.417.248)	(18.103.857)
Despesas Administrativas	23	(63.771.082)	(43.754.346)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>4.494.831</b>	<b>2.322.105</b>
Receitas Financeiras	24	10.463.301	9.354.393
Despesas Financeiras	25	(5.968.470)	(7.032.288)
<b>Resultado Patrimonial</b>		<b>576.867</b>	<b>241.856</b>
Receitas Patrimoniais	26	576.867	241.856
Despesas Patrimoniais	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>5.952.217</b>	<b>867.916</b>
Imposto de Renda	-	-	-
Contribuição Social	-	-	-
Participações no Resultado	-	-	-
<b>RESULTADO DEPOIS DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>5.952.217</b>	<b>867.916</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.  
(Valores expressos em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit (déficit) líquido do exercício	5.952.217	867.916
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>5.952.217</u>	<u>867.916</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021.  
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Adiantamento para aumento de patrimônio social	Superávits acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	17.403.323	101.627	46.906.114	64.411.064
Aporte de fundo social	9.500.000	-	-	9.500.000
Superávit do exercício	-	-	867.916	867.916
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	26.903.323	101.627	47.774.030	74.778.980
Reversão de adiantamento para Aumento de Patrimônio Social	-	(101.627)	-	(101.627)
Superávit do exercício	-	-	5.952.217	5.952.217
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	26.903.323	-	53.726.247	80.629.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5

Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência (ASPB)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (método direto)

(Valores expressos em reais)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS	58.750.433	23.156.950
Recebimentos de Plano Saúde (+)	330.641.748	321.704.078
Resgate de Aplicações Financeiras (+)	21.507.423	3.968.321
Outros recebimentos operacionais (+)	27.051.741	837.596
Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde (-)	(257.948.504)	(249.139.651)
Pagamentos de Comissões (-)	(11.794.255)	(13.132.367)
Pagamentos de Pessoal (-)	(44.543)	(12.556)
Pagamentos de Serviços Terceiros (-)	(27.510.937)	(21.390.992)
Pagamentos de Tributos (-)	(7.788.108)	(8.667.412)
Pagamentos de Processos Judiciais (-) (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(359.174)	-
Pagamentos de Aluguel (-)	(1.374.346)	(1.086.510)
Pagamentos de Promoção/Publicidade (-)	(12.059.621)	(8.000.502)
Outros Pagamentos Operacionais (-)	(1.570.991)	(1.923.055)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(42.725.333)	(16.352.726)
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar (-)	(409.958)	-
Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros (-)	(1.566.207)	(15.690.558)
Pagamentos Relativos ao Ativo Intangível (-)	(5.049)	-
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento (-)	(40.744.119)	(662.168)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(16.310.725)	(4.348.738)
Outros Recebimentos das Atividades de Financiamento (+)	-	2.688.127
Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(5.582.910)	(3.072.435)
Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing (-)	(7.948.356)	(3.807.494)
Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento (-)	(2.779.459)	(156.936)
CAIXA LIQUÍDO	(285.625)	2.455.486
<b>Aumento (Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira)</b>	<b>(285.625)</b>	<b>2.455.486</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no início do exercício</b>	<b>2.695.312</b>	<b>239.826</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (disponível e aplicação financeira), no final do exercício</b>	<b>2.409.687</b>	<b>2.695.312</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ASSOCIAÇÃO DE SAÚDE PORTUGUESA DE BENEFICÊNCIA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021. (Valores expressos em reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Saúde Portuguesa de Beneficência doravante “Associação” ou “Entidade”, é uma associação civil, sem fins lucrativos, constituída em assembleia geral em 27 de abril de 2010, com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) sob nº 41753-0. A Entidade tem por objetivo a operação de Planos Privados de Assistência à Saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde. Sua área de ação e comercialização abrange o município de Campinas e Região, onde está localizada sua sede administrativa. Por se tratar se entidade associativa e com caráter assistencial, goza de privilégios tributários constitucionais e legais para a espécie.

A Operadora assinou Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33902.024721/2011-61, ofício nº 1159/2016 de 05 de setembro de 2016, por prazo de 24 meses, encerrando-se em agosto de 2018. Conforme ofício nº 74/2018 emitido pela ANS, o prazo para cumprimento do TAOEF foi prorrogado para 31 de agosto de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, as anomalias destacadas no TAOEF foram sanadas pela “Associação”. Contudo, o encerramento do mesmo, na ocasião, dependia de análise e aprovação pela ANS.

Conforme Ofício nº 20/2021, a operadora foi questionada acerca das seguintes situações: (i) comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) revisão da vida útil dos ativos e valor residual; (iii) Amortização do intangível; (iv) Adesão ao plano de capital baseado em risco.

O referido ofício foi respondido pela Operadora, através da nota técnica nº 77/2021 (SEI nº: 21238020) que teve como objetivo verificar as respostas apresentadas pela entidade regulada em relação ao Ofício nº 20/2021.

Em 11 de dezembro de 2021 a Associação foi notificada através do Ofício nº 138/2021, sobre a correção integral dos problemas que ensejaram o TAOEF, sendo constatada, ainda, a inexistência de desconformidades contábeis relevantes e de anormalidades econômico-financeiras que venham a colocar em risco a qualidade e a continuidade da assistência à saúde; razão pela qual se decidiu pelo encerramento do Termo pactuado e pelo arquivamento do processo administrativo nº: 33902.525287/2016-47. Desta forma, em relação aos aspectos contábeis e econômico-financeiros, a operadora voltará a ser monitorada no âmbito do acompanhamento regular das operadoras e mercado.

Em 02 de dezembro de 2021, através da nota técnica nº 124/2021, a Associação obteve a deliberação pelo encerramento do TAOEF e respectivo o arquivamento do respectivo processo administrativo nº 33902.525287/2016-47.

A Operadora assinou um novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico e Financeiras (“TAOEF”) aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme processo nº 33910.040102/2021-97. Em 2022 a operadora foi notificada pela ANS, através dos Ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022 de 08 setembro de 2022 e de 13 de outubro de 2022 respectivamente, onde foram constatadas as seguintes inconsistências contábeis ou desconformidades econômico-financeiras: (i) concessões de empréstimos de forma frequente e em volume significativo da operadora à parte relacionada hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (ii) falta de comprovantes de depósitos efetuados para o hospital Real Sociedade Portuguesa de Beneficência; (iii) falta de envio da comprovação do trânsito em julgado do processo de ISSQN nº 0021749-08.2012.8.26.0114; (iv) esclarecimento sobre os montantes registrados na rubrica “Outros Recebimentos Operacionais; (v) redução de lançamentos indevidos em conta de contraprestações a receber.

Em 19 de outubro de 2022 foi recepcionado pela ANS o documento SEI nº 25080330, ofício nº 1953/2022, referente ao novo Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”), em resposta aos ofícios nº 1731/2022 e nº 1919/2022 da ANS acima mencionados, onde as anormalidades apresentadas deverão ser sanadas com prazo máximo de vigência de 6 meses, com encerramento em 18/04/2023 em conjunto com a apresentação de um relatório de revisão limitada emitido por auditor independente que valide as medidas adotadas sob pena de cancelamento do referido Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras (“TAOEF”).

## **2. AMBIENTE REGULATÓRIO**

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Associação está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

## **3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aos pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, no que não contrariem as regulamentações estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Com base nas disposições contidas na lei nº 6.404/76 – lei das sociedades anônimas e alterações promovidas pela lei nº 11.638/07 e 11.941/09. A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método direto, de acordo com modelo padrão apresentado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar).

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

##### 4.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A moeda funcional e de apresentação da Entidade é o real (R\$).

##### 4.2 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem, quando aplicável: i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis; ii) a estimativa de perdas para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário; iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; iv) Provisões para passivos contingentes e v) PEONA - Provisão para eventos ocorridos e não avisados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

##### 4.3 RESULTADO

O resultado das operações é apurado de acordo com o regime contábil de competência do exercício.

##### 4.4 ATIVOS CIRCULANTES

###### a) Disponível

São representados por dinheiro em caixa e saldos em conta corrente (bancos), registrados pelos valores de custo até as datas dos balanços, que não excedem os seus valores de mercado ou de realização.

###### b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras para negociação e disponíveis para venda são avaliadas a valor de mercado, e os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado. A Entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

###### c) Créditos de Operações com Planos de Saúde

Representam valores a receber relacionados às mensalidades de planos de saúde comercializados até o final do exercício. São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal, em contrapartida a conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde. As contraprestações e prêmios das operações de planos de assistência à saúde na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no último dia do mês, considerando-se o período de cobertura do risco.



Uma provisão para perdas sobre créditos é apresentada como redução das contas a receber de clientes e é constituída para fazer face às eventuais perdas na não realização das contas a receber. Nos planos individuais, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato a mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada; e para os demais planos em havendo pelo menos uma parcela vencida a mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada.

d) Bens e títulos a receber

Essa conta é constituída, basicamente, por antecipação a fornecedores.

#### 4.5 ATIVOS NÃO CIRCULANTES

e) Imobilizado

Registrado ao valor do custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Intangível

Essa conta é constituída, basicamente, pelos valores de aquisição de carteira de cliente; e direitos de uso do *software*, ambos líquidos de amortização. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento de seu reconhecimento inicial e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada ou perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (TESTE DE IMPAIRMENT).

O parágrafo 3º do artigo 183 da Lei nº 6.404/76, modificado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, determina que a Entidade deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para a recuperação desse valor (*impairment*) e revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

A Entidade revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil ao valor líquido recuperável.

#### 4.6 DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Os demais ativos são registrados pelos seus valores de aquisição e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, quando aplicável.

#### 4.7 PASSIVOS CIRCULANTES

##### 4.7.1 Provisões técnicas com operações de assistência à saúde

As provisões técnicas foram integralmente constituídas pela OPS de acordo com as normas da ANS. Os eventos a liquidar são registrados com base nas faturas de prestadores de serviços recebidas, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos e no caso de ressarcimento ao SUS no momento do recebimento do ABI – Aviso de Beneficiário Identificado. São considerados suficientes para fazer face aos compromissos futuros.

##### 4.7.2 PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)

Em 2015 a Associação calculava a PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados com base na metodologia de cálculo determinada pela ANS – RN 209/09 (art. 3º) e alterações posteriores.

A partir do ano de 2016 a Associação passou a utilizar metodologia de cálculo para PEONA - Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados própria, por meio de nota técnica atuarial, apresentando um montante no exercício de 2022 constituído de R\$ 5.121.499.

##### 4.7.3 PPCNG (Provisão para Contraprestações Não Ganhas)

Definida pela RN 314/12, caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora referente a cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, sendo baixado a crédito da Receita de Contraprestação à medida que decorre o período de cobertura contratual.

#### 4.8 DEMAIS PASSIVOS CIRCULANTES

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

#### 4.9 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A Entidade elaborou os fluxos de caixa pelo método direto de acordo com a Resolução Normativa ANS nº 290/12 e suas alterações. Desta forma, o fluxo de caixa apresentado em conjunto com as demais demonstrações financeiras, foi elaborado pelo método indireto, de acordo com a NBC T 3.8 e CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa, aprovado pela resolução CFC nº 1.303/2010.

As demonstrações dos fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: são as principais atividades geradoras de ingressos e receitas na Entidade e outras atividades que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimentos: são as atividades relativas à aquisição e alienação de ativos não circulante e outros investimentos não incluídos em atividades operacionais e de financiamentos.
- Atividades de financiamentos: são as atividades que tem como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos e pagos pela entidade.

## 5. DISPONIVEL

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa	8.466	6.671
Bancos	<u>2.401.221</u>	<u>2.688.641</u>
	<u>2.409.687</u>	<u>2.695.312</u>

## 6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Banco do Brasil Fundo dedicado à ANS - PEONA ( i )	23.883.471	21.453.142
Aplicações CDB (ii)	<u>36.058.676</u>	<u>66.238.793</u>
	<u>59.942.147</u>	<u>87.691.935</u>

- (i) A Entidade investe em um fundo dedicado a receber recursos de operadoras de planos de saúde, devidamente registradas na ANS, com o objetivo de manter ativos garantidores vinculados a provisões técnicas. Estas aplicações somente poderão ser movimentadas mediante autorização formal da ANS.
- (ii) Referem-se a aplicações livres em Fundos de Investimentos não exclusivos, com prazos de resgate imediato. A taxa média de rentabilidade destas aplicações é de 97% a 110% da variação do CDI mensal.

## 7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Mensalidade a receber	15.708.906	13.410.027
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (mensalidades)	(10.889.816)	(8.513.853)
Faturas a receber	7.868.855	7.254.824
( - ) Provisão para Perdas Sobre Créditos (faturas)	<u>(7.310.302)</u>	<u>(7.096.310)</u>
	<u>5.377.643</u>	<u>5.054.688</u>

As regras para o reconhecimento das perdas sobre créditos em conformidade com a RN n° 472 de 29 de setembro de 2021, estão descritas na nota explicativa n° 4 item “c”.

## 8. BENS E TITULOS A RECEBER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Antecipação de produção médica - rede credenciada (i)	3.347.000	3.451.897
Venda de carteira para empresa de cobrança (ii)	660.094	660.094
Adiantamentos a fornecedores	<u>349.614</u>	<u>74.704</u>
Circulante	<u>4.356.708</u>	<u>4.186.695</u>
Antecipação de produção médica - rede credenciada (i)	6.694.497	10.041.735
Venda de carteira para empresa de cobrança (ii)	3.004.633	3.739.906
Adiantamento IMC - Unidade Pediátrica (iii)	<u>3.646.350</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>13.345.480</u>	<u>13.781.641</u>

- (i) Refere-se a adiantamentos de produção médica junto a rede credenciada. A Operadora efetuou parcelamento junto ao hospital, reclassificando para o ativo não circulante os valores relativos as parcelas com vencimento a partir de janeiro de 2023, conforme o Primeiro Aditivo ao Termo de Confissão de Dívida datado de 01 de abril de 2020.

- (ii) Refere-se a venda de direitos creditórios oriundos de contratos de assistência à saúde cancelados por inadimplência com a respectiva realização em 92 parcelas. O valor da venda da carteira conforme contrato pactuado com a empresa JRN Assumpção Cobranças Ltda (Grupo Cob) considerando o deságio de 20%, totaliza R\$ 5.335.758,52. Em 13 de março de 2020 a referida empresa protocolou um pedido de suspensão do pagamento das parcelas em virtude da pandemia causada pelo novo corona vírus (COVID-19) até o término da pandemia, o qual foi acatado e assinado por ambas a partes o termo aditivo contratual em 17 de março de 2020. Os valores voltaram a serem pagos normalmente a partir de 01 de janeiro de 2021.
- (iii) Refere-se a montantes pagos para a Irmandade Misericórdia de Campinas - IMC, em função de um contrato de parceria entre a ASPB e IMC para a abertura de uma unidade de Pediatria nas dependências da IMC. Os montantes foram adiantados para a concretização das obras e os investimentos para aquisição de máquinas e equipamentos hospitalares.

## 9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Refere-se a integralmente a depósitos judiciais realizados para contestação de valores devidos de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cuja discussão consiste no cálculo sobre as contraprestações, deduzidas dos custos assistenciais. Os depósitos derivam do processo nº 0021749-08.2012.8.26.0114, movido contra a Prefeitura Municipal de Campinas, sendo a ação procedente com decisão de transitado em julgado.

## 10. INVESTIMENTOS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cotas cooperativas de crédito	1.384.069	1.056.693
Imoveis para renda (i)	5.544.966	5.544.966
Centro de Oncologia e Hematologia - Ágio (ii)	<u>41.375.248</u>	<u>-</u>
	<u><u>48.304.283</u></u>	<u><u>6.601.659</u></u>

- (i) Referem-se a imóveis adquiridos da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência com o objetivo de renda, conforme relação apresentada abaixo:

<u>Matrícula</u>	<u>Imóvel</u>	<u>2022</u>	<u>Situação</u>
010.746	Prédio (área total 1.361 m <sup>2</sup> )	3.751.678	Penhorado
080.366	Prédio (área total 174 m <sup>2</sup> )	598.019	Penhorado
004.726	Prédio (área total 174 m <sup>2</sup> )	597.250	Penhorado
026.989	Prédio residencial (área total 240 m <sup>2</sup> )	<u>598.019</u>	Penhorado
		<u><u>5.544.966</u></u>	

Os imóveis adquiridos para renda, estão penhorados por meio de processos de Execução Fiscal expedidos pela Vara Federal Especializada Em Execução Fiscal. A administração entende que os riscos são controláveis e avalia que a parte vendedora dos ativos conseguirá quitar tais débitos tributários.

- (ii) Em 29 de dezembro de 2022, a Operadora assinou contrato de compra e venda, adquirindo da Real Beneficência Portuguesa, o negócio de tratamento oncológico que fica localizado dentro do Hospital. Por entender que este negócio possui grande sinergia com a Operadora, tanto para atendimento de seus beneficiários, quanto para atendimento de beneficiários de outros planos de saúde, a aquisição deste negócio trará, no futuro, grande ganho e rentabilidade nesse tipo de tratamento, principalmente pela possibilidade de aquisição de materiais e medicamentos por menor custo, uma vez que o Hospital não consegue grandes condições de preço e prazo com os fornecedores.

A avaliação deste negócio foi calculada e estruturada por empresa terceira, que utilizou as bases de valores de receitas e custos atuais do negócio, projetando valores futuros, trazendo os fluxos de caixa descontados a valor presente, possibilitando assim o reconhecimento do *goodwill*, que será revisto anualmente por meio do teste de *impairment*.

## 11. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2022	2021
Imóveis de uso	2.200.000	(777.333)	1.422.667	1.582.974
Móveis e utensílios não hospitalares	176.030	(131.179)	44.851	219.239
Móveis e utensílios	1.000.023	-	1.000.023	388.951
Equipamentos de informática	2.245.360	(1.409.183)	836.177	1.051.773
Maquinas e equipamentos	3.606.475	(1.083.011)	2.523.464	688.194
Direito de uso	532.657	-	532.657	-
	<u>9.760.545</u>	<u>(3.400.706)</u>	<u>6.359.839</u>	<u>3.931.131</u>

### Mapa de movimentação do imobilizado

	2021			2022
	Inicial	Adições	Baixas	Final
<b>Custos</b>				
Imóveis de uso	2.200.000	-	-	2.200.000
Móveis e utensílios não hospitalares	531.766	-	(355.736)	176.030
Móveis e utensílios	388.951	611.072	-	1.000.023
Equipamentos de informática	1.960.946	284.414	-	2.245.360
Maquinas e equipamentos	1.563.574	2.042.901	-	3.606.475
Direito de uso	-	532.657	-	532.657
	<u>6.645.237</u>	<u>3.471.044</u>	<u>(355.736)</u>	<u>9.760.545</u>
<b>Depreciação acumulada</b>				
Imóveis de uso	(617.026)	(160.307)	-	(777.333)
Móveis e utensílios não hospitalares	(312.527)	(1.326)	182.674	(131.179)
Equipamentos de informática	(909.173)	(500.010)	-	(1.409.183)
Maquinas e equipamentos	(875.380)	(207.631)	-	(1.083.011)
	<u>(2.714.106)</u>	<u>(869.274)</u>	<u>182.674</u>	<u>(3.400.706)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>	<u>3.931.131</u>	<u>2.601.770</u>	<u>(173.062)</u>	<u>6.359.839</u>

## 12. PROVISÕES TÉCNICAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG) (i)	1.056.358	1.171.240
Provisão de eventos a liquidar (ii)	12.407.796	11.024.250
Provisão de eventos a liquidar com o SUS (iii)	2.006.389	1.799.071
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA) (iv)	<u>5.450.317</u>	<u>5.055.820</u>
	<u>20.920.860</u>	<u>19.050.381</u>

### i) Provisão Para Contraprestações Não Ganhas (PPCNG)

Definida pela RN 314/12, a PPCNG é constituída diariamente, a partir do início de vigência ou emissão do faturamento, o que ocorrer primeiro, e revertida mensalmente, no último dia de cada mês, com relação ao risco decorrido, para registrar a receita de contraprestação ganha, de acordo com o regime de competência contábil.

### ii) Provisão de Eventos a Liquidar

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN ANS nº 209/09 determinou a constituição desta provisão a partir de 1 de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado pelo valor integral informado pelo prestador ou beneficiário no momento da apresentação da cobrança às operadoras.

### iii) Provisão para Eventos a Liquidar com o SUS

A Entidade registra nessa rubrica eventos referentes a ressarcimento de despesas médicas ao SUS.

### iv) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Regulamentado pelo art. 16 da RN 209 da ANS, alterado pela RN 274, representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor deve ser baseado em (i) cálculo atuarial de acordo com nota técnica aprovada pela ANS, ou (ii) na ausência de nota técnica aprovada pela ANS, utilizar 8,5% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses ou 12% dos eventos indenizáveis conhecidos, dos dois o maior. Destacamos que a exigibilidade de provisão contábil se iniciou em janeiro de 2008.



### 13. DEBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTENCIA À SAÚDE

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Contraprestações - recebimento antecipado	451.626	299.515
Comissões a pagar	<u>446.847</u>	<u>-</u>
	<u><u>898.473</u></u>	<u><u>299.515</u></u>

### 14. DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fornecedores de materiais e medicamentos	<u>1.679.410</u>	<u>899.650</u>
	<u><u>1.679.410</u></u>	<u><u>899.650</u></u>

### 15. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ISSQN retido sobre produção médica	588.436	753.223
Contribuições retidas - produção médica	383.000	425.075
IRRF	171.043	210.920
Parcelamento ISS	138.200	138.200
ISSQN retido de terceiros	75.147	98.564
INSS retido	91.756	11.913
FGTS	<u>453</u>	<u>-</u>
	<u><u>1.448.035</u></u>	<u><u>1.637.895</u></u>

## 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2021
91580-9	CAPITAL DE GIRO	0,88%	10,56%	16/09/2020	16/09/2024	48	6.080.000	1.302.857	3.474.285	4.777.142
270393920	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	30/10/2020	30/09/2025	60	5.000.000	622.000	3.755.999	4.377.999
270394020	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	25/09/2020	30/09/2025	60	10.000.000	1.244.001	7.511.999	8.756.000
96314-5	CAPITAL DE GIRO	0,70%	8,73%	12/07/2021	09/06/2023	24	3.069.166	2.419.449	-	2.419.449
00A0031013	CAPITAL DE GIRO	1,12%	13,42%	09/08/2021	09/08/2025	48	185.607	61.869	104.404	166.273
0609/21	CAPITAL DE GIRO	0,71%	9,23%	01/09/2021	25/08/2025	48	10.000.000	2.380.952	7.619.048	10.000.000
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,40%	*	*	*	*	-	4.490.691	4.490.691
065/19	ARRENDAMENTO MERCANTIL	0,05%	0,60%	25/05/2020	25/04/2022	23	230.488	32.122	-	32.122
								<b>8.063.250</b>	<b>26.956.426</b>	<b>35.019.676</b>

Contrato	Modalidade	Taxa juros a.m.	Taxa juros a.a.	Data de Início	Data Final	Qtde de Parcelas	Valor	Circulante	Não circulante	2022
91580-9	CAPITAL DE GIRO	0,88%	10,56%	16/09/2020	16/09/2024	48	6.080.000	1.737.675	1.303.256	3.040.931
270393920	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	30/10/2020	30/09/2025	60	5.000.000	1.111.111	2.037.038	3.148.149
270394020	CAPITAL DE GIRO	1,20%	14,40%	25/09/2020	30/09/2025	60	10.000.000	2.222.222	4.074.074	6.296.296
96314-5	CAPITAL DE GIRO	0,70%	8,73%	12/07/2021	09/06/2023	24	3.069.166	801.674	-	801.674
00A0031013	CAPITAL DE GIRO	1,12%	13,42%	09/08/2021	09/08/2025	48	185.607	46.402	73.469	119.871
0609/21	CAPITAL DE GIRO	0,71%	9,23%	01/09/2021	25/08/2025	48	10.000.000	2.938.745	4.911.509	7.850.254
2017250413	CONTA GARANTIDA	0,70%	8,40%	*	*	*	*	-	6.434.689	6.434.689
								<b>8.857.829</b>	<b>18.834.035</b>	<b>27.691.864</b>

## 17. DÉBITOS DIVERSOS

	2022	2021
Recebimentos a maior - RSPB (i)	4.962.437	-
Fornecedores e prestadores de serviços (ii)	788.525	324.813
Nota crédito	100.256	50.177
Depósitos não identificados	49.055	14.370
Outros debitos	9.466	10.370
Reembolso mensalidade	411	1.165
	<u>5.910.150</u>	<u>400.895</u>
Circulante		
Arrendamentos a pagar (iii)	532.657	-
Adiantamento para aumento de capital	101.627	-
	<u>634.284</u>	<u>-</u>
Não circulante		

- (i) Refere-se a valores de produção médica recebidos a maior da RSPB, que serão devolvidos no próximo exercício.
- (ii) Refere-se a valores a pagar para fornecedores de serviços diversos.
- (iii) Refere-se ao passivo de arrendamento a pagar, em função da adoção pela Operadora ao CPC 06 - Arrendamentos no exercício de 2022, referente ao imóvel locado onde se encontra o administrativo e jurídico da Operadora.

## 18. PROVISÕES JUDICIAIS – CONTINGÊNCIAS

	Provável	Possível	Remota
Contingências cíveis e tributárias	8.606.684	1.029.361	94.878
Administrativo (ANS)	94.800	45.000	2.134.602
	<u>8.701.484</u>	<u>1.074.361</u>	<u>2.229.480</u>

Os processos cíveis classificados como perda possível referem-se em sua maioria a ações de danos morais e erros médicos, e as contingências tributárias referem-se ao processo do ISSQN sob o nº 0021749-08.2012.8.26.0114 no montante de R\$ 8.413.096. Os processos administrativos caracterizam-se por multas e autos de infrações diversos aplicados pela ANS.

A movimentação das provisões judiciais está demonstrada conforme quadro abaixo:

Contingências Administrativas (ANS)	2022
Saldo em 31/12/2021	94.800
Constituição	-
Reversões	-
Saldo em 31/12/2022	94.800
Contingências Cíveis e Tributárias	2022
Saldo em 31/12/2021	193.588
Constituição	8.413.096
Reversões	-
Saldo em 31/12/2022	8.606.684

## 19. PATRIMONIO SOCIAL

Conforme estabelecido em ata da administração com a data de 01 de agosto de 2019, a Real Sociedade Portuguesa de Beneficência é uma associada da Associação de Saúde Beneficência Portuguesa, que em conformidade com as disposições estatutárias artigo 30, alíneas "b", "c" e "d", recebeu da Real Sociedade Beneficência o aporte de Fundo Social no montante de R\$ 16.500.000,00, cujo aumento foi refletido no patrimônio social da Associação e nas aplicações financeiras livres da Operadora, com a finalidade de contribuir para o complemento da Margem de Solvência, obrigação regulatória instituída pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - Lei 9656/98.

Em 16 de agosto de 2021 foi realizado o aumento do Patrimônio Social no valor de R\$ 5.000.000, e em 30 de setembro de 2021 o valor de R\$ 4.500.000, conforme Ata de Reunião Extraordinária da Diretoria Executiva com as mesmas finalidades acima descritas.

## 20. EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS – CUSTOS

### 20.1 – EVENTOS CONHECIDOS E AVISADOS - CUSTOS

Os eventos conhecidos e avisados representam o custo da operadora em relação aos serviços utilizados pelos beneficiários.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Honorários médicos	(113.643.354)	(113.830.360)
Internações	(97.775.955)	(102.199.660)
Exames	(40.010.436)	(33.330.795)
Ressarcimento ao SUS	(2.519.303)	(672.490)
Demais despesas assistenciais	<u>(1.885)</u>	<u>(11.455)</u>
	<u><u>(253.950.933)</u></u>	<u><u>(250.044.760)</u></u>

### 20.2 - EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES

Quadro auxiliar de eventos médicos hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar, conforme determinação da ANS – RN nº 344/2014.

A distribuição dos saldos do quadro de Eventos Médicos Hospitalares de Assistência Médico-Hospitalar do documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º. Trimestre de 2022 está em conformidade com o Ofício Circular DIOPE no. 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

	<u>Consulta médica</u>	<u>Exames</u>	<u>Terapias</u>	<u>Internações</u>	<u>Demais despesas</u>	<u>TOTAL</u>
Rede própria	-	-	-	-	-	-
Rede contratada	113.643.354	40.010.436	-	97.775.955	1.885	251.431.630
Reembolso	-	-	-	-	-	-
Intercâmbio eventual	-	-	-	-	-	-
Outras formas de pagamento	-	-	-	-	-	-
Atendimento em Corresponsabilidade	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento ao SUS	<u>2.519.303</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.519.303</u>
	<u><u>116.162.657</u></u>	<u><u>40.010.436</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>97.775.955</u></u>	<u><u>1.885</u></u>	<u><u>253.950.933</u></u>

**21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras receitas de planos de assistência à saúde (i)	1.710.714	214.271
Multa de cancelamento de contrato	<u>114.735</u>	<u>109.767</u>
	<u><u>1.825.449</u></u>	<u><u>324.038</u></u>

(i) Em 2021 foram registradas Receitas oriundas de multas contratuais, segunda via de carteirinha e glosas.

**22. PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE RISCOS E DOENÇAS**

A Associação possui aprovado junto à ANS o Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças (Promoprev). Conforme formulário de cadastramento na ANS sob o nº 134782 – Denominação do Programa VIVER BEM. Em 31 de dezembro de 2022 não houve montantes dispendidos para o referido programa.

## 23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2022	2021
Honorários e consultoria (ii)	(18.006.957)	(11.125.589)
Direitos de imagem (i)	(12.201.136)	(11.850.240)
ISSQN	(10.092.132)	(755.774)
Serviços PJ (iii)	(7.988.396)	(8.699.940)
PPSC (perda de clientes)	(6.922.642)	(3.406.603)
Publicidade e propaganda	(1.622.012)	(1.427.634)
Manutenção e reparos (vi)	(1.410.199)	(535.458)
Vigilância	(777.173)	(406.269)
Depreciação	(686.600)	(634.481)
Aluguel	(514.858)	(532.657)
Indenizações	(480.000)	-
Outras despesas (iv)	(464.781)	(1.361.700)
Despesas administrativas	(422.481)	(519.687)
Telefones e correios	(360.981)	(209.718)
Materiais de escritório	(299.111)	(276.179)
Baixa IRRF sobre aplicações financeiras (v)	(288.018)	(1.055.781)
IRRF sobre aplicações financeiras	(207.554)	(8.055)
Taxa de saúde suplementar	(204.107)	(173.498)
Acordos civis	(183.757)	(128.298)
Refeições	(172.802)	(179.661)
Água, luz e gás	(134.816)	(108.531)
IPTU	(99.112)	(52.892)
Transportes	(85.327)	(49.774)
Contribuições assistenciais	(82.815)	(79.002)
Salários	(58.323)	(59.023)
Legais	(3.798)	(208)
Serviços PF	(1.194)	(974)
INSS autônomo	-	(108.314)
Multas	-	(8.406)
	<u>(63.771.082)</u>	<u>(43.754.346)</u>

- (i) Pagamento para a RSPB de *Royalties* em virtude do uso da marca pela Operadora.
- (ii) O aumento dos gastos com Honorários e Consultorias refere-se ao aumento das despesas com honorários técnicos, especificamente os gastos oriundos do Contrato de Prestação de Serviços Administrativos (Gestão Administrativa) firmados com a RSPB, cujo objetivo do contrato é a contratação de pessoal técnico e administrativo pela RSPB necessário para o funcionamento das áreas de: Credenciamento, faturamento, auditoria, emissão de guias, compras, cadastro, vendas e financeiro do plano de saúde da Associação.

- (iii) Redução dos gastos com serviços prestados por P.J referem-se substancialmente pelo remanejamento dos gastos com assessorias e pagamento de comissões em função de intermediações bancárias.
- (iv) Em 2021 houve gastos extraordinários em função de taxas de registros de imóveis, pagamentos de ITBI em função da aquisição de bens para renda, conforme nota explicativa nº 10.
- (v) Refere-se a baixas do IRRF a Recuperar sobre os rendimentos de aplicações financeiras em função de sua não recuperabilidade na Operadora, onde em 2021 tais montantes foram ajustados na contabilidade de forma retroativa.
- (vi) O aumento das despesas com manutenção e reparos, principalmente com gastos de infraestrutura de telecomunicações, manutenções de ar-condicionado, aquisição de materiais elétricos e hidráulicos, equipamentos para escritório etc.

#### 24. RECEITAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Rendimentos aplicações financeiras	7.492.684	3.318.756
Outras receitas (i)	1.750.733	3.168.920
Juros recebidos	1.485.880	1.588.333
Descontos obtidos	<u>(265.996)</u>	<u>1.278.384</u>
	<u>10.463.301</u>	<u>9.354.393</u>

- (i) Contabilização de reclassificações de montantes referente a recuperação de co-participação de beneficiários.

#### 25. DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Descontos concedidos	(2.072.453)	(1.790.320)
Juros sobre empréstimos	(2.086.034)	(3.792.785)
Tarifa bancária	(1.559.693)	(1.035.342)
Juros e multa	(126.299)	(227.219)
IOF	(77.308)	(156.182)
Juros sobre tributos	<u>(46.683)</u>	<u>(30.440)</u>
	<u>(5.968.470)</u>	<u>(7.032.288)</u>



A variação das despesas financeiras no exercício de 2022 são decorrentes dos seguintes fatores: (i) aumento dos descontos concedidos pela OPS; (ii) redução relativo aos juros sobre empréstimos e financiamentos em decorrência da inexistência de novas captações, conforme evidenciado na nota explicativa nº 16; (iii) aumento das despesas com tarifas bancárias, tais como: pacotes de serviços, tarifas de DOC/TED, etc.

## 26. RECEITAS PATRIMONIAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Sobras de cotas de investimentos	327.091	239.094
Receitas eventuais	249.776	1.736
Outras receitas	<u>-</u>	<u>1.026</u>
	<u><u>576.867</u></u>	<u><u>241.856</u></u>

## 27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

As transações financeiras efetuadas pela Entidade, são pertinentes às suas atividades econômicas e estão relacionadas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar com vencimento de curto prazo, empréstimos, financiamentos de cunho operacional.

Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado. A Entidade não possui e, também não efetuou, operações com derivativos financeiros nem com outros ativos financeiros de risco.

## 28. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL COM O RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos fluxos de caixa do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, abaixo demonstramos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Resultado Líquido	5.952.218	867.918
Depreciações	686.600	634.481
PEONA (Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados)	(509.405)	718.006
Provisão de contraprestações não ganhas (PPCNG)	(114.882)	(82.363)
Provisão de eventos a liquidar	2.519.303	391.492
Provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa	4.798.791	8.728.975
Provisão de eventos a liquidar com o SUS	903.902	(2.489.959)
Provisões para contingências	8.565.784	-
Resultado Líquido Ajustado	<u>22.802.311</u>	<u>8.768.550</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais	<u>21.564.746</u>	<u>18.542.375</u>
Contraprestações Pecuniárias a Receber	272.609	7.314.977
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência a Saúde	50.346	5.897.621
Créditos Tributários e Previdenciários	-	495.955
Bens e Títulos a Receber - circulante	170.013	(90.853)
Resgate aplicação Financeiras	21.507.423	-
Despesa antecipada	516	-
Depósitos judiciais	-	917.674
Bens e Títulos a receber - não circulante	(436.161)	4.007.001
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais	<u>14.383.376</u>	<u>(4.153.975)</u>
Débitos de operações de assistência a saúde	1.378.720	409.714
Outros tributos e contribuições a recolher - circulante	(189.861)	304.554
Parcelamentos de tributos	(138.200)	
Empréstimos	7.327.816	
Débitos diversos	6.143.540	(4.730.042)
Outros tributos e contribuições a recolher - não circulante	(138.639)	(138.201)
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método indireto)	58.750.433	23.156.950
Caixa Líquido Consumido das Atividades Operacionais (Método Direto)	58.750.433	23.156.950

## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até o encerramento das demonstrações financeiras, não houve eventos subsequentes que devessem ser ajustados ou mencionados em notas explicativas.

**30. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2023.

\* \* \*